

Governo Bolsonaro e o fechamento de uma janela para a Segurança Pública

Sem diretrizes federais e orçamento para redução da criminalidade, a atual gestão vai se caracterizando como um triênio perdido para a segurança pública

Gilvan Gomes da Silva
15 de setembro de 2021

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



Bolsonaro não soube aproveitar o momento favorável para reformular estruturas na Segurança Pública

Chegando ao término do terceiro ano do governo Bolsonaro, é possível afirmar que, além da interrupção de um processo de reconstrução dos vínculos das polícias militares com a sociedade civil ao reassumir o papel de segurança pública, o governo também é o principal responsável pela interrupção de um processo de formação de agenda governamental e de implementações de políticas de segurança pública. Para John Kindgon, a formação de um espaço governamental de debate para a formulação e implementação de políticas públicas é possível a partir da convergência de três fluxos: os da percepção dos problemas, os da apresentação das soluções e os do ambiente político. No Brasil, esses fluxos estavam se consolidando e havia um processo de convergência entre eles, até que fosse interrompido pelo presidente.

A percepção da relevância da temática vem a partir do acúmulo de dados, pela repercussão dos diversos casos de violência e pelas consequências da criminalidade. Neste sentido, há questões municipais, estaduais e nacionais. Na perspectiva local, há crimes semelhantes entre diversos municípios como, por exemplo, homicídio, o feminicídio, violência sexual, letalidade e violências por trans e/ou homofobia, violências contra líderes e ativistas dos direitos humanos, desaparecimento de pessoas, entre outras. Os dados apresentados chamam atenção, principalmente quando comparados aos de outros países, seja a partir de taxas locais ou nacional. Além dessas violências, há as intermunicipais, com impactos locais, mas que cruzam fronteiras e necessitam de estratégias articuladas, pois estão vinculadas a organizações criminosas profissionais, como, por exemplo, abuso sexual infantil, tráfico de animais, tráfico de armas, o controle dos presídios e a influência das organizações criminosas a partir deste controle (um dos fatores pelo aumento da taxa de homicídio em regiões do norte e nordeste); o assalto a bancos com controle de várias vias e

das unidades policiais é um nítido exemplo de tipo de crime com impacto local, mas com planejamentos entre grupos intermunicipais, e exigem articulações além destes limites.

Ainda há problemas que se encontram entre unidades federativas e regiões do Brasil, como a integração das agências de segurança pública (guardas municipais, polícias militares, polícias civis, polícia federal e Rodoviária Federal) e agências de controle (Receita Federal, Tribunal de Contas, entre outras), além dos controles das fronteiras que refletem, além dos tráficos (de pessoas, animais, armas e drogas) há os homicídios envolvendo o controle destas rotas. Esses são alguns problemas reconhecidamente relevantes e que caracterizam a formação de um fluxo de problemas consistente para o início de um debate para construções de políticas públicas e sua implementação. Todavia, há soluções convincentes?

Há uma tendência crescente de análises sobre violências, criminalidade, conflitos, e segurança pública e privada no Brasil. Em 2020 foi inserido no rol das ciências estudadas as Ciências Policiais. Segundo o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação, há 117 cursos de graduação sobre segurança pública registrados no Brasil e dois cursos registrados como bacharelado em Ciências Policiais. Além destes espaços de debate sobre os problemas, há outros 835 Diretórios de Pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que estudam algum tipo de violência, destes 27 estudam Violência e Crime, 92 estudam Criminalidade e 211, Segurança Pública. Cabe destacar que os movimentos sociais, como o Centro Feminista de Estudo e Assessoria (CFEMA), também são atores relevantes na proposição de políticas. Da mesma forma associações, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizam pesquisas e fomentam debates sobre a temática.

O ambiente político propício para a formação de uma agenda propositiva também estava crescente e dando oportunidades para que o assunto rompesse as angústias individuais das vítimas do resultado da criminalidade e dos debates sobre causas e consequências. O ápice foi justamente a criação do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A diminuição da criminalidade já estava entre as maiores demandas da população, sendo a principal preocupação de 57% da população em 2016. Frutos também da agenda anticorrupção de anos anteriores, proporcionadas principalmente pela Operação Lava Jato, as propostas eleitorais contemplavam soluções para a área. Havia um clima nacional, a mudança de governo podia ensejar a reformulação de estruturas e as forças políticas concordavam publicamente, mesmo que em termos, com a agenda.

Todavia, a consolidação destes três fluxos e a convergência foram interrompidas pelas práticas do Presidente. O tema Segurança Pública reduziu-se à partidarização das instituições e a desconfiança por parte da sociedade civil em relação aos agentes e instituições sobre as ações como política de Estado ou de proteção dos interesses individuais de Bolsonaro. As atividades de formulação e implementações não foram paralisadas, são realizadas timidamente a partir de iniciativas individuais de servidores vocacionados e motivados em diminuir a criminalidade a partir dos ritos impessoais que a burocracia permite. Pois infelizmente não há diretrizes federais e orçamento indutores para implementação de ações para diminuir quaisquer taxas. Talvez estamos testemunhando o triênio perdido para a segurança pública. Assim, além de não termos aproveitado a janela de oportunidade que se abria, talvez ela permaneça fechada por mais alguns anos.

Gilvan Gomes da Silva

Formado em Antropologia e em Sociologia, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Nacional de Brasília. Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

https://www.fontesegura.org.br/pro_ssaopolicia/7g3g9i4d8q

